

152.^a SESSÃO, EM 25 DE AGOSTO DE 1961

431

dêsemos prescindir dêsse estreito formalismo (*muito bem*) a que geralmente obedecem as nossa sessões quando a elas comparece um Ministro de Estado.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PAULO LAURO (*Para encaminhar a votação*) * — Sr. Presidente, a Maioria Parlamentar, a que meu partido tem a honra de estar filiado, já nesta tribuna, pela palavra de seus ilustres Líderes José Alkmim e Almino Afonso colocou nos termos precisos os nossos objetivos na convocação de Sua Excelência Sr. Ministro da Justiça.

Realmente, tantas e tão elevadas são as credenciais das altas personalidades da República envolvidas nestas afirmações que a nós nos pareceu que, ante a palavra de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado da Guanabara, investido da alta função que o povo lhe delegou, e a palavra do Senhor Ministro da Justiça, ainda hoje conhecida através de nota que não nos esclarece formalmente as afirmações daquela outra autoridade...

O Sr. Padre Vidigal — Uma negativa.

O SR. PAULO LAURO — ... imprescindível necessidade aqui ouvirmos o Senhor Ministro da Justiça para que, a palavra de Sua Excelência, possa esta Câmara, com a sua decisão elevada, tomar as diretrizes que os interesses nacionais vierem então a ditar.

Por isso, Sr. Presidente, é que solicitamos aos componentes de nosso partido que dêem seu voto ao requerimento formulado pela Maioria parlamentar para que, realmente, dos esclarecimentos aqui prestados, possa surgir para nós outros o cumprimento do nosso dever precípua de lutar, trabalhar exercer o nosso mandato em defesa exclusivamente do grande re-

gime democrático, em que o Brasil, para honra e felicidade nossas, ainda vive neste instante. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (*Para encaminhar a votação*) * — Sr. Presidente, o nobre Líder José Alkmim, em nome da Maioria, e o nobre Líder Almino Afonso, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, a que tenho a honra de *pertencer*, já expuseram, com felicidade, os motivos da convocação do Senhor Ministro da Justiça.

Se venho à tribuna, Senhor Presidente, é para, num *pos scriptum*, dar algumas razões que podem estar implícitas na declaração de S. Excelência mas que devo explicitar como fundamento do meu voto.

Sr. Presidente, considero que, ao examinar um fato como este, ao contrário do que imagina o ilustre parlamentar, Sr. Deputado Raul Pilla, não poderemos abstrair a condição da pessoa do denunciante. E fôsse Sua Excelência mais afeito ao Direito Penal, haveria de concordar comigo em que a credibilidade do depoente ou denunciante é fator primacial na apuração das provas. Ora, quem é o denunciante? É o autor da famosa Carta Brandi que inquietou e desassossebou esta Nação, quase levando-a à guerra civil, às vésperas de um pleito notável. O autor é um homem que tem injuriado as mais honradas figuras da República, do seu partido inclusive. Esta Casa tem inúmeros companheiros de alto valor moral que foram levados ao pelorinho pelo Senhor Governador da Guanabara.

Mas, não são apenas de caráter pessoal as dúvidas que temos em relação às afirmações partidas do Sr. Governador da Guanabara, sobretudo quando Sua Excelência se acha envolvido em lutas políticas. Nessas ocasiões, seu senso de julgamento, sua imaginação se altera, seu comportamento se trasmuta, e Sua Excelência sempre se tem revelado um desabusado frente à ver-

* Não foi revisto pelo orador.

* Não foi revisto pelo orador.

dade e um autor comparável ao Barão de Münchhausen, nas complicadas fantasias que chegou a construir e que, desgrazadamente, sempre são arquitetadas para levar este País ao desastre, ao desassossego e à inquietação.

Há porém, outros fatos. Sempre — e devemos levar isto em alta conta, como aqui muito bem afirmaram os nobres Deputados, Gabriel Passos e Sérgio Magalhães — sempre que procurou dar um passo certo ou mesmo dubio, mas um passo à frente no sentido do progresso social e de sua emancipação econômica, estas mesmas forças reacionárias se tem agrupado, à sombra e sob o comando do Governador da Guanabara, para intranquilizar, desassossegar e levar a desordem o País. Foi assim no Governo do eminente Presidente Getúlio Vargas. Quando Sua Excelência iniciou as medidas iniciais as primeiras, no sentido da disciplina do capital estrangeiro, o mesmo Governador da Guanabara comandou uma agitação, com os mesmos processos que até de avealhantados, não devem mais merecer o respeito do País, com tal melancolia eles se repetem. São sempre conspirações, documentos forjados, tramas subterrâneas, crepusculares, como bem disse o nobre Deputado Gabriel Passos, em que Sua Excelência ora se envolve ou que ora se afasta, para, por meio delas, convulsionar o País.

No momento atual, quaisquer que sejam as posições que tenhamos em frente ao Governo da República, adversário ou correligionários, é mister convir em que o Executivo e Legislativo estão enfrentando os mais altos problemas de reformas institucionais que este País exige. Está a lei sobre os abusos do poder econômico prestes a ser votada; está aí o estatuto de disciplina do capital estrangeiro. Agita-se, decididamente, da votação da reforma agrária. E, no momento em que o Governo e o Congresso, cada um isoladamente,

mas procurando ambos, através desse esforço comum enfrentar os graves problemas nacionais, a onda reacionária levanta novamente a cabeça, sob o comando do mesmo e impenitente conspirador.

Senhor Presidente, vou votar o requerimento pelos mesmos motivos já apontados pelos nobres Líderes da Maioria e do meu Partido, mas deixando esta ressalva: faço-o sem ter dúvida de que o denunciante não merece fé; faço-o, porque suspeito que outra coisa devemos apurar — é que essa atoarda e essa conspiração se organizam agora para impedir os progressos efetivos que o País está tendo do campo de sua política interna e no campo das reformas institucionais que o Brasil exige; faço-o para que demascaremos este Catilina da Guanabara. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. MENEZES CORTES (*Para encaminhar a votação*) * — Sr. Presidente, Senhores Deputados, já ouvimos o autor do requerimento, o nobre Líder da Maioria e vários colegas. Líderes ou não, e também a palavra do nobre Líder do Bloco da Minoria que apóia o Governo, o Sr. Deputado Nestor Duarte, que trouxe o pensamento do bloco minoritário na Casa, dando assentimento à pretendida convocação. No momento, cabe-nos como Líder da União Democrática Nacional, dizer que, na verdade, seria até dispensável pois ninguém pode conhecer a gravidade da denúncia feita pelo Governo do Estado da Guanabara, envolvendo o Governo da República, o Senhor Ministro da Justiça, porque o fato nos chega, de maneira não completa. A rigor, nenhum de nós conhece os exatos e completos termos do que foi ontem falado na televisão, com irradiação por uma ou mais estações de rádio. O que ouvimos, e o digo agora porque tenho conversado com elementos de todas as correntes partidárias, foi através de informações de tercei-

* Não foi revisto pelo orador.